

Revisitando a não-vidência: refletindo sobre corporalidades não-hegemônicas.

Felipe Moreira

Pretendo, neste trabalho, retomar brevemente uma discussão empreendida no primeiro capítulo da minha dissertação, onde discuti de forma genérica as especificidades da corporalidade não-vidente (e esta em relação à corporalidade vidente). Através da revisão e crítica dos pressupostos ali elaborados, irei introduzir as questões e os textos que abordamos durante uma disciplina cursada no doutorado para levantar questionamentos sobre a forma como conduzi meu argumento sobre o corpo “deficiente”. Em um segundo momento, definirei mais precisamente o que chamei de ‘corporalidade não-vidente’. Através de entrevistas realizadas em meu trabalho de campo, tentarei trazer as falas das pessoas cegas para definirmos os contornos (sem encerrar as potencialidades) do que seria uma corporalidade não-vidente, de forma menos genérica. Empreendo esta discussão acreditando ser importante para fazer ligações com dois demais momentos da minha pesquisa: a elaboração de uma identidade não-vidente e como a cosmologia deste universo influi nas percepções de mundo e de gênero.

A perspectiva cartesiana e os dualismos

A reflexão de Strathern (1999) sobre a possibilidade de se pensar a corporalidade sem pautar, obrigatoriamente, pela gênese cartesiana da divisão dual (até porque como o autor mostra, Descartes reavaliou sua perspectiva em seus escritos finais), me abriu uma perspectiva de reflexão sobre os aportes do corpo não-vidente. Em minha dissertação, parti justamente da divisão mente/corpo para mostrar como a não-vidência é tratada negativamente pela mesma, pois delibera a especificidade do corpo tido como ‘deficiente’ para o limbo das expectativas não concretizadas e reforça o assistencialismo frente às suas potencialidades.

Como contraponto, discuti a perspectiva de corporalidade *kanako* descrita por Leenhardt (1997), juntamente com Descolas (2006) e outros autores¹ que traziam experiências relativizantes com a divisão dual mente/corpo e avançavam a discussão trazendo as vivências de outros grupos para refletirmos sobre as questões do corpo.

¹ Como Dshen (1992) e Diniz (2012).

Porém, Strathern, inova e, de certa forma, “bagunça” com a forma como elaborei minhas reflexões já que parto justamente com a distinção Cartesiana, mesmo que para relativizá-la. Ainda assim, ele me fez perceber que neste movimento, eu poderia estar diminuindo o protagonismo de demais vivências e formas de atuar no mundo. Por mais que haja sim uma hegemonia e pressupostos de corporalidades ‘hábeis’ que coagem de alguma forma as pessoas que não estão representadas pela padronização, a própria noção de *habitus* (que iremos retomar mais calmamente) de Bourdieu (1998) não é hermética e quando aplicada contextualmente, mais expõe as dinâmicas de poder do que as encerram como monolíticas. Tomando minha experiência de campo como exemplo, as diferentes formas de experienciar a corporalidade não-vidente mostram uma disritmia entre o que se fala (como discurso) e o que se ‘falava com o corpo’, como no caso de F:

“Às vezes eu penso... nossa, as pessoas tão me olhando. Às vezes dá uma preguiça, ando meio de cabeça baixo, ah mas tão me olhando aí eu penso que é melhor arrumar o corpo, pra não pensarem que cego é uma pessoa estranha. Até que neste aspecto não me incomoda. Num lugar público sei que tão me olhando mas aí quando acontece um fato e você vê que a pessoa está viajando em você, aí já me incomoda. Tem uma menina que, eu venho trabalhar de manhã. A gente pega o mesmo ônibus e vai pro mesmo lugar. De manhã é correria, ela vai comigo e eu pergunto as vezes se tem alguém me olhando e pergunto pra ela e ela diz que sim.”

Ao mesmo tempo em que F. assume que está sendo observado e reconhece que sua corporalidade é ‘notável’² em um cenário público, logo enfrenta esta assertiva e busca trazer-se como imponente e quebrar as expectativas alheias. Mas, em outro momento, me confidencia como às vezes é deixado ser guiado para algum lugar, se permite receber auxílio de pessoas na rua mesmo quando já sabe perfeitamente se deslocar naquele ambiente. Diz que o faz porque reconhece a bondade no gesto e não quer ser uma pessoa que passe uma imagem de um ‘cego’ rancoroso com a vida. Não só na fala de F., mas em outras falas dos entrevistados surge sempre a preocupação em passar uma imagem positiva³ da pessoa cega. Assim, há uma inconstância entre a fala (enquanto discurso) de empoderamento e as atitudes em público. É uma renegociação

² Notável porque F. tem plena consciência de que é percebido como um ‘deficiente’. Isto nunca some da suas falas, porém ele reconhece esta situação mas busca formas de resistência.

³ E em mais de três entrevistas a imagem do cego ‘pedinte’ ou mendigo é sempre uma referência negativa e malvista.

constante que nos mostra como estes fluxos de poder são instáveis e arrítmicos, como Jackson (2010:79) constata:

“El lenguaje del cuerpo [...] es incomparablemente más ambiguo y sobredeterminado que los usos más sobredeterminados del lenguaje ordinario [...] Las palabras, no importa cuán cargadas estén con connotaciones, limitan el rango de elecciones y vuelven difíciles o imposibles – y en todo caso explícitas y por lo tanto ‘falseables’ - las relaciones que el lenguaje del cuerpo sugiere.”

Após as leituras de Strathern, percebi que partir do cartesianismo para discutir a corporalidade não-vidente pôde ter me sido útil em algum momento, porém é necessário destrinchar mais especificamente o que diferencia uma corporalidade vidente de uma não-vidente (ou uma hegemônica de uma não-hegemônica) para que a análise não esteja enviesada justamente pelo ponto de partida inicial. Esta crítica é importante para nos mantermos alertas em nossas análises, pois não só eleva as especificidades de visões de mundo para além do cartesianismo, mas também, aliada ao que Lambek (2010:114) preconiza, nos alerta para a diversidade dos discursos e expressões corporais, duais ou híbridos:

“[...] la falta de resolución entre la mente y el cuerpo no es algo negativo sino generador de una vivida cultura potencial de producción y debate. En efecto, la misma incomensurabilidad entre mente y cuerpo sugiere que ambas ideas, monistas y dualistas, serán producidas.”

Pensar a percepção corporal dos fenômenos é estar alerta não só para os discursos e as práticas das pessoas, mas ao mesmo tempo as dinâmicas de poder. Dinâmica que, por mais que seja hegemônica, repito, não é monolítica. Se, em um primeiro momento parti desta divisão para relativizá-la frente às experiências teóricas e práticas da não-vidência, busco aqui partir das experiências em si para refletirmos sobre a especificidade do corpo não-vidente.

Corporalidades itinerantes (existiriam corporalidades estáticas?)

Se há algo que posso retirar tanto das falas das pessoas que entrevistei durante o mestrado quanto dos autores e autoras consultados, quando falamos de pessoas cegas, é a questão do ‘mapas mentais’. Porém, já destarte podemos começar aqui nossa distinção de um dos aspectos da corporalidade não-vidente em comparação com a corporalidade ‘hábil’ ou hegemônica. A idéia de mapa mental (ou cognitivo, se preferirmos não

invocar dualismos) não é algo que se credita exclusivamente à pessoa não-vidente, afinal, independente da configuração corporal, o trânsito ‘físico’, por assim dizer, só tem uma razão de ser se responder aos aspectos não-físicos (ou simbólicos) de um *dasein*, um estar-no-mundo. O corpo é físico e também simbólico, inclusive sua fisicalidade depende contextualmente da gama de significados disponíveis para que ele os incorpore. Assim, todos nós partimos de um ponto e vamos para outros apenas quando estes têm um significado, independente de qual seja ele, podendo um observador externo presumir ou não qual será este significado. O fato é, só há significado dentro de um sistema, os significados são pontos dentro de um mapa e estão todos relacionados de alguma forma que nem sempre podemos descobrir mas que podemos, minimamente, presumir suas relações, encontros e tensões:

“The physical body can have universal meaning only as a system which responds to the social system, expressing it as a system. What it symbolizes naturally is the relation of parts of an organism to the whole. Natural symbols can express the relation of an individual to his society at that general systemic level. The two bodies are the self and society: sometimes they are so near as to be almost merge; sometimes they are far apart. The tension between them allows the elaboration of meanings.” (DOUGLAS, 1973:91)

A diferença entre os esquemas cognitivos/simbólicos e o fluxo corporal por estes mapas, a meu ver, se dá pela percepção visual. Oliveira (1998:7) acredita que, de todos sentidos que possuímos, a visão é responsável por 80% da captação de fenômenos. Isto significa que hierarquizamos os demais sentidos e não só prezamos mais pela visão na interação com o mundo, mas também promulgamos a ela a administração dos demais sentidos, posição corroborada por Le Breton (2011:163):

“Além do barulho ou dos odores desagradáveis, a experiência sensorial do homem da cidade resume-se essencialmente à da visão. O olhar, sentido da distância, da representação, e até mesmo da vigilância, é o vetor essencial da apropriação pelo homem de seu meio ambiente.”

Vigotski (1998:17-18) nos fala sobre as ilusões da percepção visual relacionada a massa e tamanho. Pressupomos que, devido ao tamanho de um objeto, maior em relação a um menor, obviamente o maior terá uma massa superior ao menor, será mais pesado. Definindo o que significa “massa”, “peso” e “tamanho”, fazemos co-relações entre estes conceitos. Mesmo tocando os objetos, já temos pré-concepções de quanto irão pesar baseado em nossa percepção visual deste. Nem sempre a verificação empírica nos

garante o resultado, pois nem visualmente nem tateando somos capazes de discernir sempre qual é o tipo de material em investigação. Podemos extrapolar suas inferências para demais situações onde a percepção visual é tida como garantida, mas nem sempre infalível como, por exemplo, quando vemos algum objeto ou mesmo algum dejetivo em alguma distância e já pressupomos que irá trazer um odor desagradável. Se vemos uma pessoa com uma expressão facial rugosa e a boca aberta, já esperamos um grito ou um bocejo. Pressupomos o tom de voz (agudo ou grosso) de acordo com a altura e massa muscular de alguém, etc. Trago estes exemplos para mostrar como o mapa cognitivo das pessoas videntes se diferencia por esta pressuposição entre a verificação visual dos fenômenos e sua decodificação simbólica. Vemos, filtramos, buscamos no arcabouço de significados disponíveis ao nosso contexto (que também foi construído de forma visual, friso) e então decodificamos. A percepção visual apenas confirma ou minimamente define os contornos para que, havendo dúvidas, aí então busquemos outras formas sensoriais ou não, de finalmente verificar o fenômeno.

Diferente do mapa cognitivo baseado na percepção visual, onde se pode, em teoria, prever os fenômenos com os quais interagimos, a corporalidade não-vidente se relaciona de forma contextual com os fenômenos, o que torna o mapeamento das coisas de certa forma difusa⁴. Difuso não por não seguir o que poderia ser definido como ‘correto’ e sim porque nunca se estabelece de forma férrea, já que este mapa é formado justamente pela itinerância. A interação surge do contato, tal como na vidência, porém sem a pressuposição da vidência que já nos pré-conceitua bastante sobre este contato, tal como a noção da pré-objetividade de Merleau-Ponty:

“É ora a aderência do percebido a seu contexto e como que sua viscosidade, ora a presença nele de um indeterminado positivo, que impedem os conjuntos espaciais, temporais e numéricos de se articularem em termos manejáveis, distintos e identificáveis. E é este domínio pré-objetivo que precisamos explorar em nós mesmos se queremos compreender o sentir.” (2011:34)

Estes termos ‘manejáveis’ de que fala o autor e sua identificação, no caso de uma corporalidade não-vidente, passam por uma série de explorações não-visuais que tornam o fenômeno em si, já de antemão definido por uma sociedade vidente⁵, passível

⁴ Em momento algum ignoro que as corporalidades não-videntes têm especificidades para além do fato de não possuírem o sentido da visão, afinal, cada pessoa se relaciona com seu corpo de acordo com sua vivência e história de vida.

de um contato sensorial que possibilite ‘o sentir’ de uma forma única. Atento para o fato da interseccionalidade, um conceito que irei explorar durante minha tese e que faz completamente sentido ao falarmos de formas de interação social quando discutindo não-vidência, pois não só argumento a favor da maior atenção para a questão da corporalidade não-vidente nas análises da complexidade interacional das pessoas, mas também para que a não-vidência se reforce como um aspecto e não uma característica-mor que irá definir majoritariamente os contornos das vivências de pessoas cegas.

Similar perspectiva aparece em Perlongher (2008:190) quando ele diz da “territorialidade itinerante” ou “passeio esquizo” em seu trabalho sobre prostituição masculina. Vejo certa proximidade, pois tal como o não-vidente, o michê (termo popular para garoto de programa) precisa estar atento para o seu ‘trânsito’ e estar-no-mundo quando na prática de sua profissão pois não só o ambiente é hostil mas lhe é exigido uma forma de ‘se portar’ característica da identidade michê que, caso não transmitida de forma bem sucedida, lhe prejudicaria em seu trabalho e poderia acarretar não só problemas financeiros mas com demais grupos que ali freqüentam e disputam o espaço. O não-vidente também está em constante negociação de sua prática, sempre ‘corporificando’ sua mente, pois seu mapa cognitivo está em constante rearranjo e ao mesmo tempo é necessário ‘mentalizar’ seu corpo para se posicionar físico-simbolicamente com os fenômenos que se lhe perpassam. Esta alternância ou dualismo inverso, se assim podemos falar, remete ao que Lambek nos falou da possibilidade da prática efetiva das pessoas ressignificar o dualismo que tanto usamos como pressuposto, mesmo que seja para desconstruí-lo. Na fala de V. podemos perceber esta corporificação da mente e logo depois uma mentalização do corpo. Quando a pergunto sobre seu deslocamento de transporte público e suas percepções sensoriais referentes à velocidade do ônibus, movimentação e a questão da confiança e diálogo com as pessoas presentes, ela me responde que nem sempre acerta e que sem querer desce no lugar errado. Aí lhe pergunto como é quando isto acontece e como ela percebe que desceu em outro lugar:

“[...] tem vezes que percebo muito claramente. Por ex, quando tá lá em casa, eu sei se eu desci em outro passeio. “‘não é aqui’ pelo passeio mesmo que tá diferente ou porque tem um muro. O meu não tem número, tem tela. Desço e aparece um muro! Opa. Tem um que já até reconheço... já desci tantas vezes errado que já sei que é uma

parede lisa. Mas acho que você percebe uma diferença, ainda mais que você acostuma com um lugar. Você sabe que não é ele. Aí é meu drama, onde que devo estar aqui? Aí pergunto se tem alguém perto, se passa alguém por mim. ‘Esse é o ponto antes da padaria? É o da loja? Qual que é?’

Uma série de referências (o muro, a grade, a loja, a padaria) é acionada neste processo. É necessária tanta exploração quanto referência e também um processo que iremos discutir depois que é a audiscrição, a descrição verbal de um vidente para o não-vidente. “O ‘passeio esquizo’ do homossexual e do michê circula permanentemente entre esses dois pólos: desejo e interesse, acaso e cálculo. Na prática da deriva, um e outro tornam-se freqüentemente indiscerníveis.” (Perlongher, 2008:170). Há o mesmo processo de vontade e acaso, cálculo e exploração, desejo, ação racional, mas que não pode negar este contato ‘confuso’ com o mundo.

Mais um exemplo para passarmos para a próxima etapa é dado pelo trabalho de Olivia Von der Weid. Uma de suas entrevistadas, Dora, usa o termo ‘mapa mental’ para falar de seus deslocamentos na cidade:

“Deleuze e Guatarri (1995) comparam o rizoma a um mapa, que difere do decalque por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. Oposto ao grafismo, ao desenho e à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído. O mapa “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. O ‘mapa mental de uma pessoa cega’ mencionado por Dora estaria, nesse sentido, mais próximo do rizoma do que do decalque, com informações que conformam entradas, linhas que são moldadas e se modificam a partir de direções e distâncias percorridas ou materiais experimentados.” (2011:6)

Em comparação com o aspecto visual do deslocamento das pessoas videntes, Dora compreende que o visual pode ‘facilitar’ as coisas, ponto que irei desenvolver mais a frente, pois esta facilitação, acredito, é justamente um sintoma da estrutura, não sua característica:

“A constituição do espaço, embora o visual facilite muito as coisas, não precisa ser visual, porque a constituição do espaço ela começa da constituição do nosso corpo, quer dizer, da nossa percepção do nosso espaço, da nossa percepção do nosso esquema corporal, da nossa percepção da nossa forma.” (Ibid, 2011:7)

Um contraponto a esta idéia de facilitação⁶ surge com Belarmino que não só acredita que as potencialidades não-videntes têm uma especificidade que permite diferentes desdobramentos nas interações, mas que a visualidade pretende-se facilitadora das relações porém pode esterilizar o contato e a criatividade do estar-no-mundo. Para ela, cega congênita, a narrativa e descrição do mundo das pessoas era uma ‘lenda’ que seu corpo, aos pouco, foi atualizando e reapropriando para criar sua própria história:

“O perceber, dentro do não-ver, exige, pois, um exercício de mergulho na realidade tátil, pela via da educação, da arte, da psicologia, da cultura, a fim de que se estabeleça a premissa da colaboração, da dialogicidade, da confluência entre os sentidos humanos, para que, então, a lenda pessoal de uma criança cega possa ganhar cada vez mais o enxerto da experiência, da realidade.” (Belarmino, 2009:184).

Contornados brevemente as características entre as corporalidades acima discutidas e a questão do mapa cognitivo, resta a questão da audiscrição/interação verbal entre videntes e não-videntes.

A lenda do mundo vidente

A metáfora da lenda para falar sobre a suposta realidade que a vidência toma por certa e que ao mapa cognitivo da pessoa cega é ressignificada constantemente é apropriada para falarmos sobre a segunda questão da especificidade da corporalidade não-vidente: o discurso (o que Belarmino chama de ‘lenda’) sobre a realidade e como ela passa, via audiscrição⁷, para a pessoa não-vidente e o que isto implica.

Ao mapa cognitivo discutido anteriormente, não só novos elementos são agregados/intepretados, mas demais fenômenos podem sofrer esta interferência do discurso do mundo vidente. O discurso vidente está carregado de poder e dependendo da imersão da pessoa cega em um ambiente onde ‘as regras são ditadas’ direta ou indiretamente ou até mesmo do grau da relação e confiança que ela possua com outra pessoa videntes, pode haver assimetrias na interação com o ambiente e mesmo com as pessoas. Assim, é preciso ficar atentos, sem desacreditar as falas ‘nativas’, para os

⁶ Que serve justamente para reiterar o que disse anteriormente sobre o fato de ‘dividir’ uma corporalidade não-vidente não ser monolítica na interação com o espaço. Tanto Dora quanto Belarmino são cegas e tem visões diferentes sobre os fluxos de poder em relação com o deslocamento e desdobramentos de um corpo não-vidente no espaço e em relação aos fenômenos físico-sociais.

⁷ Audiscrição é um processo onde o vidente descreve, auditivamente, uma cena, fenômeno, acontecimento ou espaço para uma pessoa não-vidente.

ínterims entre a vivência e o discurso dentro destas relações entremeadas por poderes pré-estabelecidos e de uma gênese de vidência compulsória.

Etimologicamente, 'lenda' significa "que será lido; que deve ser lido". É uma assertiva que não se pode fugir. A 'realidade' do mundo, pautada pelas impressões videntes, é uma construção que não se vê construída, uma 'visão' de mundo que não desaparece mesmo de olhos fechados. Estudos de interacionismo simbólico advogam pela idéia de que a 'realidade' é uma construção que necessita ser pensada como ahistórica justamente para que perdure no tempo (Berger; Luckmann, 1987). Apesar de nossas impressões de mundo, histórias de vida e até mesmo nossas possibilidades e alcances futuros derivarem de uma série de confluências e trâmites que nem sempre controlamos ou temos consciência, a perspectiva da autonomia existe para regular as interações. Claro, esta é uma afirmação genérica, porém concordo que esta abordagem pode servir para chegarmos às análises sociológicas/antropológicas e ir filtrando o grau de generalização a partir dos dados obtidos das pessoas em suas diversas situações estudadas. Teoricamente, vejo como estas 'estruturas estruturantes' (Bourdieu, 1998) atuam tanto na corporalidade vidente quanto na não-vidente. Afinal, apesar de acreditar na construção da perspectiva da vidência como o sentido primordial das interações com o ambiente, não acredito que as pessoas conscientemente desprezam a não-vidência ou colocam suas faculdades visuais em um pedestal. As impressões sociais que temos de nossas propriedades físicas são também sujeitadas a uma estrutura de poder: "O corpo esta sujeito a um processo de socialização cujo produto é a própria individuação, a singularidade do "eu" sendo forjada nas e pelas relações sociais." (Bourdieu, 2001:163)

Como esta perspectiva da primazia visual é reafirmada pelas estruturas, é passada para frente e atua de forma a influenciar também as pessoas que não estruturam seus mundos de forma visual, mas acabam sendo estruturadas indiretamente pela visualidade compulsória existente na constituição corporal ocidental:

"[...] os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porem nos limites das constrições estruturais de que são o produto e que as define." (Bourdieu, 2001:169)

Estes ‘esquemas de percepção’ são afinados justamente para operar os ‘atos de conhecimento prático’ pois há entre elas uma relação de construção/decodificação. Não adiantaria criarmos o dicionário sem o conhecimento necessário para que o conseguíssemos entender, por mais que sua escrutinização pudesse aumentar o rol de conhecimento prévio ao dicionário em si. Assim, o ‘conhecimento’ de mundo (pautada pela gênese e decodificação visual) da pessoa vidente é transmitida de forma oral (através da audiscrição) às pessoas cegas que, claro, a ressignificam de acordo com suas vivências. Porém, esta ressignificação é sempre mais ‘difícil’, como já apontamos, ou mais trabalhosa e pode incorrer que as relações de poder existentes entre a legitimidade que a sociedade dá ao corpo ‘hábil’ e não-deficiente interfira neste processo. Quando vemos um grupo como ‘minoritário’ ou ‘marginal’, não é pelas suas potencialidades em si ou sua vivência, mas pela forma como o Estado e a sociedade creditam autonomia e direitos a este grupo e, no caso das pessoas deficientes, este *status* de minoria podem ter consequências a médio e curto prazo na forma como eles irão criar seus mapas cognitivos e/ou interagir com os discursos videntes de mundo frente aos seus pares:

“[...] o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da crença que estão na raiz do envolvimento no jogo, quaisquer pressupostos constitutivos da axiomática prática do campo (a doxa epistêmica, por exemplo) se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas.”. (Bourdieu, 2001:169)

Portanto, apesar da agência do processo de ressignificação do discurso vidente, as relações desiguais de poder têm um peso de difícil cálculo. Mas estar cômico deste fato, acredito, permite um maior escopo de análise. Ao mesmo tempo em que a questão da atualização do discurso é uma característica interessante da identidade não-vidente, já que permite este hibridismo entre o ver e não-ver, o meio pelo qual tal processo se efetua (no caso, o discurso da pessoa vidente) não está livre de ruídos e influencia tanto na ressignificação do fenômeno quanto na hierarquia e disputa pelo domínio da legitimidade do mundo, de qual a narrativa é mais credível e mais digna de atenção. Em dois momentos das minhas entrevistas surge esta questão e há certa ambigüidade nas respostas. V. fala de um jogo de cartas em que jogava no Instituto São Rafael e aí eu a perguntei como ela sabia quem ganhava ou marcava pontos se a mediadora, a professora, que determinava as retiradas, cruzamentos, etc:

“A gente jogava muitas vezes com a professora ou com ela próxima. Aí ela falava. Era um jogo que o pessoal já sabia. Mas, não tinha, a pessoa jogava e falava, cinco de paus, etc., e a gente entendia. Eu acho que não havia trapaça, de qualquer forma A pessoa tava jogando uma

carta, se quisesse conferir a gente conferia. A gente não preocupava com isso.”

E ao conversar com R. (que tem uma doença degenerativa da visão e possui pequena porcentagem de escopo visual, que depende da luz do ambiente) sobre reconhecimento facial, ela me dá o exemplo da questão da paquera e gosto pessoal. Pergunto-lhe se de perto ela distingue faces, expressões, minúcias do rosto:

“[...] sim, nessa distância eu consigo. Vejo quando você tá rindo, quando não tá... numa conversa eu consigo sacar. A partir que já nos aproximamos eu percebo isso. Numa boate por ex, chegar numa pessoa, se aproximar, isso já vai ter uma distância. OU uma amiga vai falar que tem um cara que não para de te olhar, aí eu pergunto como que ele é. Se fosse minha irmã, ia passar pelo crivo dela. Aí ela podia falar que não gostou dele, que achou esquisito. Aí eu perguntar como ele é, ela sabe do que eu gosto aí eu ia saber.”

A pouca necessidade de aprovação entre os pares por conta do compartilhamento das percepções visuais dos fenômenos faz com que não só as pessoas videntes tenham maior possibilidade de invenção, criação e deslocamento/fluidez, mas lhes conferem também certa autoridade de ‘tradução’ ao não-vidente através da audiscrição. Porém, o seu papel é de mediador e a informação nunca chegará da mesma forma como saiu, pois a experiência sócio-corporea das pessoas cegas irá, em dinâmica com suas vivências, histórias, alegrias, decepções e desenvolvimentos, dar novos rumos a estas informações⁸.

Assim, este segundo aspecto da corporalidade não-vidente, a audiscrição, é uma característica extremamente rica de análise, porém ao mesmo tempo ela revela mecanismos de hierarquia e fluxos de poder de difícil percepção, mas de extrema necessidade analítica para entendermos como se dá este relação entre o corpo que ‘não vê’ mas que, ao ser mediado pelo mundo não-vidente, constrói esquemas de percepção baseados em uma visualidade de outrem. É uma vidência híbrida, se pudermos assim nomear ou até mesmo um limbo entre o ver-e-não-ver, uma relação associativa. Para Merleau-Ponty a associação percepção-fenômeno (mediada pela corpo)

⁸ Outro exemplo desta autoridade da percepção dos fenômenos também se dá quando uma pessoa, mesmo que vidente, afirma ver ou não-ver certas coisas tidas como certas. Se há este embate, ela provavelmente irá entrar na lógica de patologização da não-vidência e será psiquiatrizada. A linha entre a mediação e a autoridade é tênue.

“[...] nunca funciona como uma força autônoma; nunca é a palavra proposta que, como causa eficiente, “induz” a resposta, ela só age tornando uma intenção de reprodução provável ou tentadora, só opera em virtude do sentido que adquiriu no contexto da experiência antiga e sugerindo o recurso à essa experiência, ela é eficaz na medida em que o sujeito a reconhece, a apreende sob o aspecto ou sob a fisionomia do passado.”

É necessário ficar atento a este ‘sentido’ adquirido em uma experiência antiga, pois a experiência da corporalidade não-vidente está extremamente cerceada por pré-conceitos, assistencialismos e baixas expectativas. Estes ‘reconhecimentos’ no qual os sujeitos estão imersos e os processos de associação, reapropriação e reconhecimento fazem parte do processo de audiscrição e dinâmica entre o ver-e-não-ver na corporalidade não-vidente.^{9:10}

Considerações finais

Intentei, com este artigo, explorar duas questões de extrema importância para se pensar a constituição de uma corporalidade não-vidente: os mapas cognitivos e o processo que nomeei de ‘vidência híbrida’. Além destas questões, outras foram apontadas durante as reflexões, mas que não tiveram espaço neste momento para se desenvolverem, ficando para um momento posterior da pesquisa de doutorado.

A importância de se pensar os mapas cognitivos e sua construção/ressignificação se dá, pois é um processo de estar-no-mundo e de compreendê-lo através das percepções não-videntes que acarreta na formação de idéias, na reconstituição destas próprias percepções, no recebimento, alteração e troca de bens simbólicos e interacionais. Compreender melhor a gênese e o desenvolvimento destes mapas é de extrema importância para entendermos as falas das pessoas cegas referentes às questões de gênero, como é o objetivo de minha pesquisa. Como traçam suas percepções e mapeiam suas construções de feminilidade e masculinidade? Como transitam por estas idéias, depois de formadas? Quando confrontados com algum ‘ponto cego’ ou terreno novo que pode ameaçar estas formações prévias, ressignificam seus pressupostos de gênero? Lutam contra a mudança? Quais relações de poder aí envolvidas? Estes são exemplos de

⁹ Tanto quanto a questão da audição e como seria rico pensarmos este processo através dos estudos sobre história oral dos povos indígenas e aborígenes, empreendimento que neste artigo é inviável.

¹⁰ Admito que as análises aqui empreendidas sobre a não-vidência e a atualização das ‘lendas’ discursivas cabem, em sua maioria, para casos de pessoas cegas congênitas. Não me escapou a questão da perda da visão tardia e que as análises, nestes casos, teriam de ser repensadas, pois haveria aí outras dinâmicas entre a relação com o ver (até certa idade) a atual não-vidência e o processo de audiscrição e reapropriação pela mediação de alguma pessoa vidente.

pontos a serem explorados e que balizam com as idéias sobre os mapas cognitivos. A questão da audiscrição e da interação com a 'lenda' do mundo vidente também é importante não só porque influencia nos processos de codificação/construção e mapeamento cognitivo mas, em si, possuem outras dinâmicas e fluxos que apontam para outras questões referentes à construção de categorias generificadas e generificantes. Pensando a 'vidência híbrida', conceito que aponta para a relação de transmissão de conhecimentos de gênese vidente para o mundo não-vidente, como se dá o processo de transmissão e mediação? É um processo direto e igual ou existe nele relações de poder que criam mais ou menos pesos para diferentes fenômenos? Levantam questões específicas e enviesam certas abordagens fenomenológicas ou tendem a ser dialógicos? Quando a pessoa vidente que media este processo é alguém estimado pelo não-vidente, o que muda neste processo?

“Perception has to do with figure-background formations, which are always conditioned by the position of the observer's body, and this fact can therefore never be omitted-as also by full functioning of the brain.” Neste trecho, Strathern (1999:38), atenta a idéia de que a percepção é sempre condicionada pela 'posição' do corpo de quem observa. Posição tanto física quanto simbólica e, as vezes, físico-simbólica. Neste artigo, intentei explorar a questão da localização corporal não só em si, como ponto de início dos esquemas de percepção, mas como objeto físico-simbólico de trânsito no mundo e que faz deste mundo, através de um processo de atrito, seu mapa de orientação e reapropriação do mundo. É neste atrito que as identidades podem ser formadas e as questões levantadas servem para pensarmos neste processo de criação da identidade não-vidente, das suas especificidades corporais e como elas interagem sendo e estando no mundo.

Referências:

BELARMINO, Joana de Souza. O que percebemos quando não vemos? *Fractal: Revista de Psicologia*, vol. 21, no. 1, p. 179-184. Jan./Abr. 2009.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) –2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

DESHEN, Shlomo. *Blind People: the private and public life of sightless Israelis*. SUNY, 1992.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOUGLAS, Mary. *Natural symbols: explorations in cosmology*. 2nd ed. London: Barrie and Jenkins, 1973.

JACKSON, Michael. *Conocimiento del cuerpo*. In: CITRO, S. (coord.) *Cuerpos plurales*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

LAMBEK, Michael. *Cuerpo y mente en la mente, cuerpo y mente en el cuerpo*. In: CITRO, S. (coord.) *Cuerpos plurales*. Buenos Aires: Biblos, 2010

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*; tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

OLIVEIRA, J. V. G. *Arte e visualidade: A questão da cegueira*. *Revista Benjamin Constant*, 4(10), p. 7-10. 1998.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008

STRATHERN, Andrew. *Body thoughts*. Michigan: University of Michigan Press, 1999

VIGOTSKI, Lev. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEID, Olivia Von der. A cidade imaginada: o Rio de Janeiro na percepção de pessoas cegas. 2011. Antropologia. UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/181>